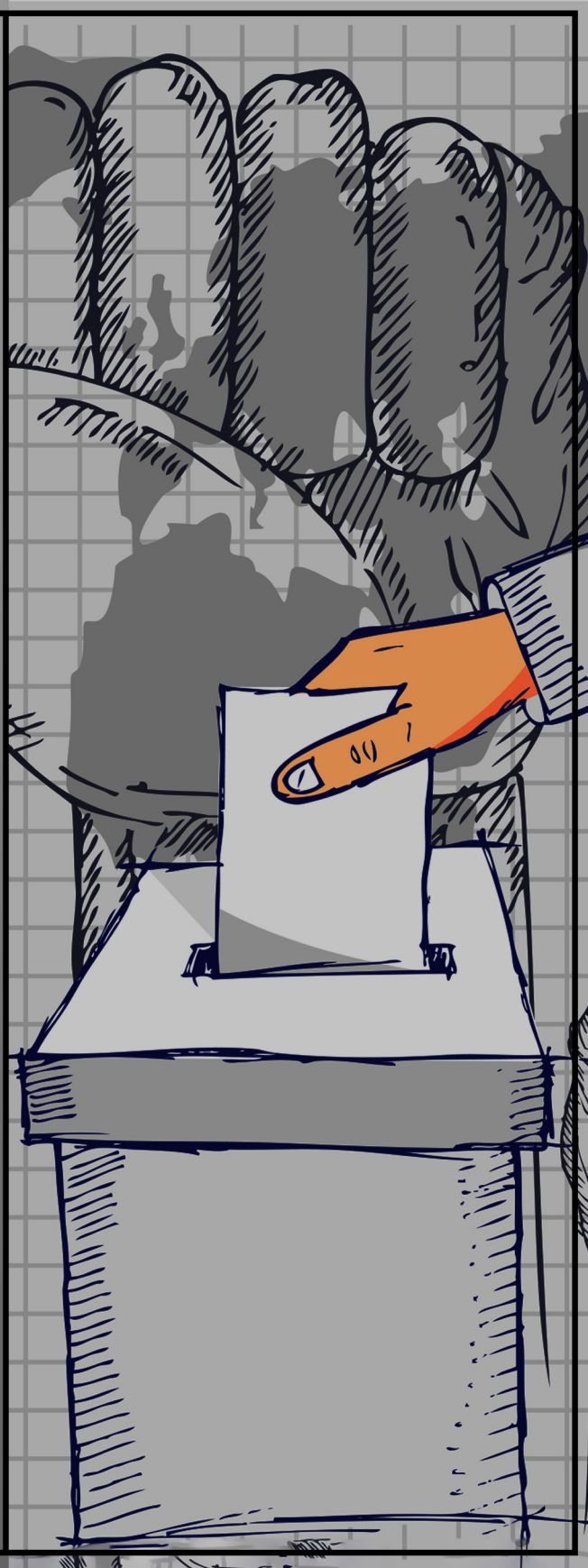


INSTITUIÇÕES DA DEMOCRACIA, DA CIDADANIA E DO ESTADO DE DIREITO 2

ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS
(ORGANIZADOR)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

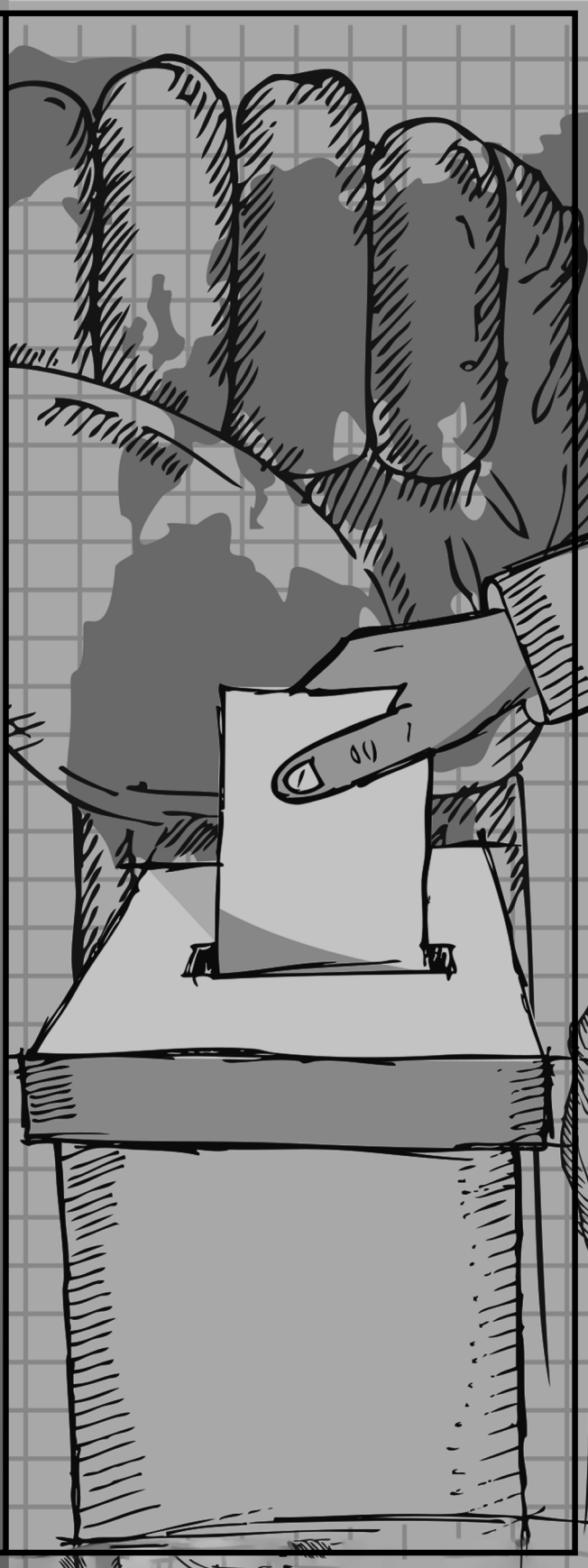


INSTITUIÇÕES DA DEMOCRACIA, DA CIDADANIA E DO ESTADO DE DIREITO

2

ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS
(ORGANIZADOR)

 **Atena**
Editora
Ano 2020



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Emely Guarez
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I59 Instituições da democracia, da cidadania e do estado de direito 2 / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-544-0

DOI 10.22533/at.ed.440201211

1. Democracia. 2. Cidadania. 3. Estado de Direito. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.

CDD 342

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em **INSTITUIÇÕES DA DEMOCRACIA, DA CIDADANIA E DO ESTADO DE DIREITO – VOL. II**, coletânea de dezoito capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, se faz presente discussões de temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica de cidadania que impacta na construção de um estado democrático de direito genuinamente inclusivo, diverso e de/para todos.

Temos, nesse segundo volume, cinco grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam direito penal e suas problemáticas; saúde: direito e judicialização; estado, (des)democratização e atividade legislativa; direitos da pessoa com deficiência e dos idosos; família, pobreza e loucura.

Direito penal e suas problemáticas traz análises relevantes sobre deslegitimação do princípio da insignificância, execução da pena sem o trânsito em julgado, direito à prisão domiciliar negado a mulheres infratoras grávidas, direito penal visto como elemento para o estabelecimento de controle social, o encarceramento desenfreado como escravidão retextualizada, (cyber)pedofilia, visitação de crianças e adolescentes, estudo realizado em presídio mineiro.

Em saúde: direito e judicialização são verificadas contribuições que versam judicialização da saúde, federalismo cooperativo e regulamentação do uso da cannabis medicinal.

No estado, (des)democratização e atividade legislativa são encontradas questões sobre responsabilidade dos agentes públicos, processo de desdemocratização e redução de participação social, além das proposituras e aprovações de deputadas federais a partir das suas perspectivas ideológicas.

Direitos da pessoa com deficiência e dos idosos contempla estudos sobre inclusão social e representações.

Família, pobreza e loucura apresenta reflexões sobre alienação parental, ciclo transgeracional da pobreza e o holocausto brasileiro no hospital colônia de Barbacena, Minas Gerais.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DESLEGITIMAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PELA JURISPRUDÊNCIA DEFENSIVA DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS: QUEBRA DA MATRIZ PRINCIPIOLÓGICA E DO PARADIGMA DO DIREITO PENAL MÍNIMO	
<i>Alex Sandro Sommariva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4402012111	
CAPÍTULO 2	15
EXECUÇÃO DA PENA SEM O TRÂNSITO EM JULGADO E A MITIGAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DE ORDEM CONSTITUCIONAL: COMO O DISCURSO POR MAIS SEGURANÇA PÚBLICA PRESSUPÕE A CORRUPÇÃO DO SISTEMA DO DIREITO	
<i>Pablo Prates Teixeira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4402012112	
CAPÍTULO 3	28
QUANDO O DIREITO À PRISÃO DOMICILIAR NÃO É CUMPRIDO – ENTEXTUALIZAÇÕES E TRAJETÓRIAS TEXTUAIS NOS PROCESSOS JUDICIAIS DE MULHERES INFRATÓRAS GRÁVIDAS	
<i>Deise Ferreira Viana de Castro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4402012113	
CAPÍTULO 4	44
O DIREITO PENAL COMO “ARMA” NO CONTROLE SOCIAL	
<i>Aldair Marcondes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4402012114	
CAPÍTULO 5	56
ENCARCERAMENTO EM MASSA: A REINVENÇÃO DA ESCRAVIDÃO	
<i>Marcelo Bessa</i>	
<i>Pedro Patel Coan</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4402012115	
CAPÍTULO 6	70
ETIOLOGIA DA PORNOGRAFIA INFANTIL: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A (CYBER) PEDOFILIA	
<i>Kalita Macêdo Paixão</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4402012116	
CAPÍTULO 7	84
ABORDAGEM TÉCNICA SOBRE A VISITAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM ESTUDO REALIZADO NO PRESÍDIO DE MANHUMIRIM/MG	
<i>Pricila Pereira Siqueira</i>	
<i>Márcia Helena de Carvalho</i>	
<i>Alexander Lacerda Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4402012117	

CAPÍTULO 8	91
ACESSO À JUSTIÇA: PRÁTICAS DE JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE	
Hugo Gabriel Pinheiro Lessa das Virgens	
Cynthia Cordeiro Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4402012118	
CAPÍTULO 9	95
INTERPRETAÇÃO TÓPICO-SISTEMÁTICA E FEDERALISMO COOPERATIVO NA SEARA DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: BREVES DELINEAMENTOS	
William Lovison	
DOI 10.22533/at.ed.4402012119	
CAPÍTULO 10	108
ANÁLISE DA REGULAMENTAÇÃO DO USO DA <i>CANABIS</i> MEDICINAL SOBRE O VIÉS CONSTITUCIONAL: A LUZ DO DOCUMENTÁRIO ILEGAL	
Luiza Russi Dognani	
Valeria Soares da Silva Gauggio	
Matheus Gomes Camacho	
DOI 10.22533/at.ed.44020121110	
CAPÍTULO 11	123
A RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS PELA OMISSÃO ESTATAL	
Beatriz John Kettermann	
Aldemir Berwig	
Bruna Segat Heusner Sörensen	
DOI 10.22533/at.ed.44020121111	
CAPÍTULO 12	132
PROCESSO DE DESDEMOCRATIZAÇÃO: ANÁLISE DA REDUÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL DE BOLSONARO	
Izabelle Carvalho Lima	
Francisco Lucas de Lima Fontes	
Enedina Gizeli Albano Moura	
DOI 10.22533/at.ed.44020121112	
CAPÍTULO 13	144
O QUE PROPÕEM E O QUE APROVAM AS DEPUTADAS FEDERAIS BRASILEIRAS DE ACORDO COM SUA FILIAÇÃO IDEOLÓGICO PARTIDÁRIA (1987-2017)	
Mariana Lorencetti	
Maria Cecília Eduardo	
Geissa Cristina Franco	
Diogo Tavares de Miranda Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.44020121113	
CAPÍTULO 14	158
A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA POR MEIO DE UM NOVO	

MODELO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Lucas Emanuel Ricci Dantas

Ricardo Pinha Alonso

DOI 10.22533/at.ed.44020121114

CAPÍTULO 15..... 171

AS REPRESENTAÇÕES E OS SENTIDOS DAS AÇÕES DO ASSOCIATIVISMO: A ASSOCIAÇÃO NACIONAL OS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE DEFESA DOS DIREITOS DOS IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (AMPID)

Alexandre de Oliveira Alcântara

DOI 10.22533/at.ed.44020121115

CAPÍTULO 16..... 185

A SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL EM PROCESSOS DE SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO

Bruna Maria Favaro

Marcelo Negri Soares

Maurício Ávila Prazak

DOI 10.22533/at.ed.44020121116

CAPÍTULO 17..... 197

O CICLO TRANSGERACIONAL DA POBREZA NO BAIRRO SÃO FRANCISCO DE ASSIS NO MUNICÍPIO DE MANHUAÇU-MG

Ana Paula Leite Moreira

Márcia Helena de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.44020121117

CAPÍTULO 18..... 207

UM ESTUDO DA SITUAÇÃO DO HOLOCAUSTO BRASILEIRO NO HOSPITAL COLÔNIA EM BARBACENA – MG SOB A ÓTICA DO CINEMA E LITERATURA

Eliane Cristina Rezende Pereira

DOI 10.22533/at.ed.44020121118

SOBRE O ORGANIZADOR..... 220

ÍNDICE REMISSIVO..... 221

ABORDAGEM TÉCNICA SOBRE A VISITAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM ESTUDO REALIZADO NO PRESÍDIO DE MANHUMIRIM/MG

Data de aceite: 01/11/2020

Pricila Pereira Siqueira

UNIFACIG

Márcia Helena de Carvalho

FIC

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Alexander Lacerda Ribeiro

UNIVALE. UNISUAM. UBA

RESUMO: Este estudo reflete sobre os limites e possibilidades da aplicação da Lei nº 12.962 de 2014, que se refere à garantia de convivência familiar de crianças e adolescentes com os seus pais privados de liberdade. Essa pesquisa foi desenvolvida por meio da análise de visitação no Presídio de Manhumirim/ Minas Gerais. Optou-se pela aplicação de questionários aos pais e/ou responsáveis pelo acompanhamento de crianças e adolescentes no período de visitação. As categorias abordadas são: concordância com a entrada e com a revista em crianças e adolescentes para visitação na unidade prisional, bem como a viabilidade para a saúde física e mental dos mesmos, a inviolabilidade dos direitos dentro do presídio e a positividade da visita assistida, em relação ao acolhimento e a forma de aceitação da aplicação dessa lei. Obteve-se como resultado: a concepção de que o ambiente prisional pode influenciar no comportamento, na fala e saúde das crianças e dos adolescentes, e ainda que determinados aspectos dividem

opiniões de seus familiares. Esse estudo pode contribuir para que o tema em tela seja mais amplamente discutido e pesquisado, contribuindo para efetivação dos direitos explanados no Estatuto da Criança e do Adolescente.

PALAVRAS-CHAVE: Convivência Familiar, Presídio, Estatuto da Criança e do Adolescente.

ABSTRACT: This study reflects on the limits and possibilities of the application of Law No. 12,962 of 2014, which refers to the guarantee of family life of children and adolescents with their parents deprived of their liberty. This research was developed through the visitation analysis in the Prison of Manhumirim / Minas Gerais. We chose to apply questionnaires to parents and / or guardians of children and adolescents during the visitation period. The categories addressed are: agreement with the entrance and with the journal for children and adolescents to visit the prison unit, as well as the feasibility for their physical and mental health, the inviolability of rights within the prison and the positivity of the assisted visit, in relation to the reception and the form of acceptance of the application of that law. It was obtained as a result: the conception that the prison environment can influence the behavior, speech and health of children and adolescents, and even that certain aspects share the opinions of their family members. This study can contribute to the theme on screen being more widely discussed and researched, contributing to the realization of the rights explained in the Statute of Children and Adolescents.

KEYWORDS: Family living, Presidio, Child and Adolescent Statute.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como finalidade abordar as condições das visitas de crianças e adolescentes a seus pais e mães privados de liberdade no presídio de Manhumirim-MG.

Acredita-se que esta pesquisa pode contribuir para ampliação da discussão desse tema entre o meio acadêmico, possibilitando uma reflexão sobre as mudanças a serem realizadas no Regulamento e Normas de Procedimentos do Sistema Prisional (ReNP).

O interesse pelo tema surge da experiência da pesquisadora como agente de segurança penitenciária no Presídio de Manhumirim, onde foi possível observar que as crianças e adolescentes que visitam os pais – os quais se encontram sob a tutela do Estado pelo cometimento de algum crime – ficam em pátios a “céu aberto”, expostos ao sol ou chuva, sendo atendidos em condições que parecem não atender à dignidade da pessoa humana em desenvolvimento, levando a pesquisadora ao questionamento: quais são os limites e possibilidades garantidas pela Lei nº 12.962/2014 no que se refere à garantia de convivência familiar de crianças e adolescentes com os seus pais privados de liberdade?

Torna-se notório que a forma como se aplica a visita de filhos aos pais nos presídios brasileiros, embora garanta a convivência familiar, nas condições em que se materializa, significa a negação do direito à dignidade destas crianças e adolescentes, pois são submetidas a revistas-previstas no Regulamento e Normas de Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais (ReNP), o que se torna psicologicamente agressivo para uma criança e adolescentes em fase peculiar de desenvolvimento.

A pesquisa teórica foi embasada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na Lei de Execução Penal (LEP), sob a perspectiva do direito do apenado a receber visitas da família, e ainda na Lei 12.962/2014, que alterou o ECA.

Já para a pesquisa de campo foram realizadas entrevistas com os familiares das crianças e adolescentes que as acompanham na visitação aos pais detentos, através do recurso questionário.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Referencial Teórico

2.1.1 O sistema carcerário e as suas atribuições

Diante da situação em que se encontra o sistema prisional brasileiro, em consonância ao conflito de normas, leis, doutrinas e até mesmo jurisprudências, percebe-se, através de uma análise crítica, os conflitos existentes entre estas e os direitos e garantias fundamentais do cidadão, que se firma em duas correntes, uma positiva e outra negativa, senão vejamos: por um lado, o direito de convivência familiar (da criança), somado ao direito de apoio

familiar como instrumento de ressocialização (do preso). O artigo 4º do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) expõe que é dever do poder público efetivar o direito à dignidade do apenado assim como à convivência familiar, portanto tem-se a obrigação estatal de prevenir qualquer espécie de ameaça à integridade física ou psíquica do menor.

O sistema carcerário brasileiro surgiu com o intuito de minimizar a pena, ou torná-la menos desumana, como ocorria na antiguidade com a pena de morte e como ocorre até hoje em alguns países, não alcançando sobremaneira o seu fim, que é a ressocialização do condenado, seu aperfeiçoamento intelectual e as consequências de seu retorno à sociedade.

A decadência do Sistema Penitenciário Brasileiro atinge não somente os apenados, mas também as pessoas que estão em contato direta e indiretamente com essa realidade carcerária, bem como as crianças e adolescentes que possuem pais, mães e demais familiares presos.

Por mais que a sociedade encare de forma geral o encarceramento como solução das mazelas sociais, na contramão dessa afirmação, estudos científicos afirmam que a ressocialização não é um fato concreto perante a sociedade atual, uma vez que está bem distante da essência de sua criação ao longo da história.

Diante desses aspectos, cumpre esclarecer que o sistema penitenciário brasileiro tem como objetivo a ressocialização, educação e a aplicação da pena, da punição na medida do crime praticado, se com violência ou não, grave ameaça ou não, crimes com menor potencial ofensivo, desta forma o Estado assume a responsabilidade de prevenção e combate aos crimes, isolando o criminoso de seu meio social para que ele possa refletir sobre os seus atos, alheio a influências externas. Através da prisão, o infrator é privado de liberdade, deixando de ser um risco para a sociedade, em tese. Chegando-se a uma evolução social, terá benefícios tais como a substituição das penas privativas de liberdade pelas penas restritivas de direitos.

2.1.2 Estatuto da criança e do adolescente

O Estatuto da Criança e do Adolescente, mundialmente conhecido como ECA, surgiu na legislação brasileira em 1990. Essa lei consiste em um dos principais avanços em nosso ordenamento jurídico brasileiro, pelo fato de explanar direitos específicos referentes à proteção integral de crianças e adolescentes - de 0 a 11 anos 11 meses e 29 dias de idade, adolescentes de 12 a 18 anos de idade.

Como as crianças e os adolescentes estão em fase peculiar de desenvolvimento, o ECA (1990) objetiva resguardá-los de quaisquer influências negativas, conforme expõe os artigos 3º, 5º e 6º do Estatuto da Criança e do Adolescente, (ECA), considerado, no Brasil, um dos melhores códigos de garantias fundamentais. O ECA encontra suporte na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227.

Tendo em vista a importância do ECA desde sua publicação e consolidação até os dias atuais, com referência na Carta Magna de 1988, determinantes em virtude do que nele consta, quais sejam os direitos e deveres essenciais às crianças e adolescentes e as consequências daí advindas, pois o futuro de uma nação depende de toda uma estrutura estatal, voltada para a educação, saúde, acesso ao conhecimento.

Portanto a relevância deste trabalho, para uma análise real em relação à autorização de entrada de crianças e adolescentes em estabelecimentos prisionais, leva em consideração a condição peculiar dos menores como pessoas em desenvolvimento e o impacto na formação de sua personalidade.

A sociedade se desenvolve com educação, saúde e condições dignas para alcançar um desenvolvimento intelectual satisfatório. Assim, a proteção à integridade da saúde para o contato dos presos com seus familiares nas penitenciárias e cadeias brasileiras poderá ser alcançada com o investimento em locais menos insalubres. O que atualmente de forma geral não ocorre, resultando em situações extremamente humilhantes, que ferem de forma concreta a dignidade da pessoa humana.

Atualmente no Brasil, são utilizados métodos diferentes para inspeção das visitas nos presídios, uma vez que esses métodos são regulamentados por regimentos e normas internas que atendem às peculiaridades de cada unidade prisional.

A LEP dispõe sobre as regras de visitação. Inserindo neste contexto o procedimento de revista, ver-se-á que a revista se encontra integrada para as crianças, adultos de ambos os sexos, sendo que pode destacar que a revista é do modelo bodyscan (sensor de raio X), contudo a maioria das penitenciárias, o sistema de revista é vexatório, contrariando o artigo 18 do ECA:

2.1.3 Contradição entre o ECA e a LEP

Uma sociedade justa e igualitária é aquela que se utiliza da dignidade da pessoa humana como base, a qual analisa que a honra é a essência do ser humano, não sendo um simples direito, mas inerente à personalidade humana, tal princípio é o núcleo essencial dos direitos fundamentais e princípio basilar da Constituição Federal de 1988.

Diante desses aspectos vale ressaltar que a dignidade da criança e do adolescente está assegurada no ECA e deverá ser cumprida, no entanto encontram-se casos em que familiares livres usam as crianças e adolescentes para adentrar em presídios com objetos e drogas para os detentos.

Apesar de o direito de visita ao preso estar devidamente previsto na LEP em seu artigo 41, não configura direito absoluto ou ilimitado, devendo ser ponderado diante das peculiaridades dos casos concretos, em especial em relação a visitas de crianças e adolescentes.

Diante disso o legislador deixa a interpretação de que descendentes e genitores se enquadram no quesito parentes, no rol de pessoas autorizadas a adentrar no sistema carcerário, assim sendo, este não fala especificamente das crianças e adolescentes. Como não existe qualquer especificação circunstanciada em lei, cabe à entidade instrucional ou responsável pela criança ou adolescente levá-lo a visitas periódicas no recinto prisional, independente de decisão judicial, de acordo com a lei 12.962 de 2014, que alterou o ECA no que se refere às visitas em Unidades Prisionais. Como suportar tamanha insegurança jurídica?

2.2 Metodologia

2.2.1 Tipo de pesquisa

Foi utilizado no presente estudo uma pesquisa de campo de abordagem quantitativa, vez que, além de investigações de cunho bibliográfica, através de doutrinas e artigos científicos, utilizou-se a coleta de dados, através de um questionário junto a pessoas humanas.

2.2.2 Unidade de análise

Buscou-se, através de questionário, a resposta para as maiores mazelas as quais passam os visitantes, a concepção dos familiares dos tutelados do estado (presos) especificamente no presídio de Manhumirim MG.

O objetivo é compreender qual é a visão dos pais ao adentrar em locais altamente insalubres, permitindo que as crianças passem por constrangimentos inúmeros. O conteúdo teórico terá como base às legislações destinadas a criança e ao adolescente, o Estatuto da criança e do adolescente, artigos e textos que abordam esse tema.

2.2.3 Caracterização da amostra

Foi utilizado o instrumento de coletas dados de questionário aos familiares dos detentos do presídio de Manhumirim/MG.

2.2.4 Coleta de dados

Para coleta de dados e informações utilizadas como critérios para a organização das ideias a partir das principais categorias apresentadas no presente trabalho.

2.3 Análise de Dados

Durante a pesquisa realizada junto ao Presídio de Manhumirim, não foi possível obter informações sobre o número exato de condenados que possuem filhos, sabe-se apenas que quando os dados foram coletados, havia 80 presos condenados. A dificuldade em mensurar a quantidade total está relacionada ao fato de que nem todos os presos que

possuem filhos permanecem vinculados a eles, seja por motivos de abandono de uma das partes, violência ou fragilidade da relação. Conforme nos lembra Camargo (2006), a própria inserção da pessoa no crime contribui para ruptura dos vínculos familiares e comunitários. “O nãoafeto, o não estar próximo desfrutando do convívio, por vezes afetam ou estremece as relações”.

Dentre as famílias que mantêm vínculos com o condenado do presídio de Manhumirim, 14 foram entrevistadas com intuito de averiguar como a aproximação entre crianças e adolescentes com seus pais e mães privados de liberdade está ocorrendo no presídio de Manhumirim, vale salientar que a maioria das pessoas que realizam visita ao presídio são do sexo feminino, trata-se de mães, esposas, companheiras e filhas.

Quando foi questionado aos familiares dos detentos sobre a opinião deles a respeito da permanência do vínculo entre as crianças e/ou adolescentes com pais e mães privados de liberdade por meio da visitação ao presídio, constatou-se que 64% dos familiares entrevistados avaliam como favorável a visita de crianças e /ou adolescentes no presídio e 36% manifestaram-se contra.

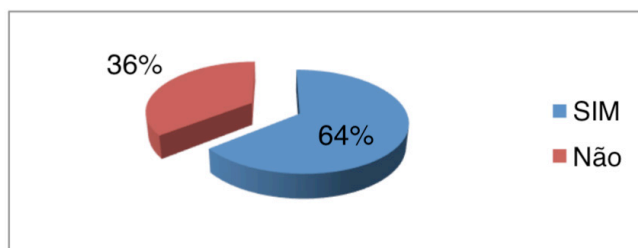


GRÁFICO 01: Opinião da Família em relação a visita de criança e adolescentes no presídio de Manhumirim

Fonte: Dados da Pesquisa 2018

É importante salientar, no entanto, que os familiares que se manifestaram contra a visita de criança e adolescentes no presídio justificaram que não estão em desacordo com a convivência com o apenado e sim com os procedimentos de revista, as quais o público infanto-juvenil estão submetidos para a visitação, segundo o art. 519 do Regulamento e Normas de Procedimentos (RENP):

A revista é um procedimento vexatório, pois faz -se necessária a retirada das roupas, deixando a pessoa exposta na frente de um Agente de Segurança Penitenciário sempre respeitando o sexo do indivíduo, ou seja, separam-se revistas masculinas e femininas. No caso da criança, trocar a fralda, caso use, bem como revistar mamadeiras e todos os pertences.

3 | CONCLUSÃO

Diante do exposto, bem como com base nas pesquisas e gráficos elaborados nota-se que há uma relevância e um percentual maior para o favorecimento do bem-estar das crianças, assim sendo o ambiente prisional pode sim ter influência negativa no comportamento, na fala, saúde das crianças e dos adolescentes, e em determinados aspectos dividem opiniões. Cabe salientar que Lei 12.962/2014 altera o ECA para facilitar a convivência da criança e do adolescente com pai ou mãe privados de liberdade, porém sabe-se que não é saudável para saúde psíquica da criança e do adolescente, uma vez que eles podem entender que presídios e penitenciárias não são um local adequado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, 1988;

MDS. Lei Nº 7.210: **Lei de Execução Penal**. Brasília, 1994;

MDS. Lei Nº 8.069: **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília, 1990;

MDS. **Lei Nº 12.962**: Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para assegurar a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade. Brasília, 2014;

SEDS. Regulamento e Normas de Procedimento (ReNP). Minas Gerais, 2016;

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agentes Públicos 9, 11, 123, 124, 126, 127, 130

Alienação Parental 9, 12, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196

C

Canabis Medicinal 9, 11, 108

Cidadania 2, 9, 68, 133, 136, 142, 143, 158, 159, 161, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 179, 180, 189, 206

Controle Social 9, 10, 12, 44, 49, 56, 61, 62, 79, 135, 142, 178, 183

(Cyber)Pedofilia 9, 10, 70, 74

D

Democracia 2, 9, 24, 81, 101, 106, 132, 133, 137, 139, 142, 156, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 173, 180, 181, 183, 184

Desdemocratização 9, 11, 132, 133, 136, 137, 139, 142

Direito Penal 14, 44, 47, 48, 49, 51, 53, 81, 82

Direito Penal Mínimo 10, 1, 13

Direitos Humanos 10, 11, 13, 14, 15, 16, 20, 30, 52, 53, 68, 69, 71, 72, 80, 81, 112, 141, 162, 173, 178, 179, 182, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220

Divórcio 12, 185

E

Encarceramento 9, 10, 12, 37, 51, 53, 56, 57, 58, 59, 62, 64, 66, 67, 86

Estado de Direito 2, 9, 24, 126

Execução da Pena 9, 10, 15, 27

F

Família 9, 45, 47, 48, 66, 80, 81, 82, 85, 89, 127, 131, 166, 178, 185, 192, 193, 195, 197, 198, 200, 201, 204, 205

Federalismo Cooperativo 9, 11, 95, 96, 98, 99, 103, 104, 105

Filiação Ideológico Partidária 11, 144

I

Idosos 9, 12, 171, 172, 173, 174, 178, 182, 183

Inclusão Social 9, 11, 158, 162, 164, 166, 168

Instituições 2, 9, 34, 48, 61, 67, 130, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 154, 158,

165, 169, 173, 175, 176, 177, 178, 181, 185, 209, 213, 215

L

Loucura 9, 75, 207, 209, 216, 219

M

Mulheres 9, 10, 18, 28, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 72, 76, 77, 78, 79, 81, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 155, 157, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 212

O

Omissão Estatal 11, 123, 124, 127, 130

P

Participação Social 9, 11, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 161, 162, 164, 165, 167, 169

Pessoa com Deficiência 9, 11, 139, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 183

Pobreza 9, 12, 10, 104, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206

Princípio da Insignificância 9, 10, 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14

Prisão Domiciliar 9, 10, 28, 29, 30, 31, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41

R

Regulamentação do Uso 9, 11, 108, 117

S

Saúde 9, 11, 9, 41, 42, 64, 82, 84, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 120, 121, 122, 132, 143, 168, 173, 177, 179, 188, 192, 214

Separação 12, 3, 5, 138, 139, 140, 185, 186, 190, 193, 194

INSTITUIÇÕES DA DEMOCRACIA, DA CIDADANIA E DO ESTADO DE DIREITO 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

INSTITUIÇÕES DA DEMOCRACIA, DA CIDADANIA E DO ESTADO DE DIREITO 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020